

## PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS: minorias e identidades nacionais pelo enfoque dos estudos subalternos e pós-coloniais

Historiographic perspectives: national minorities and identities based on a focus on  
subaltern and post-colonial studies.

Beatriz Rodrigues<sup>1</sup>  
Abner Neemias da Cruz<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 08/07/2019.

Artigo aceito em: 23/09/2019.

### RESUMO:

Este artigo traça um panorama acerca dos percursos da produção do saber engendrados pelos estudos subalternos e pós-coloniais, enfatizando a historiografia sobre as *minorias*, assim como também as discussões sobre identidades políticas nacionais ou locais. Para tanto, a primeira parte do texto traz informações sobre os estudos subalternos, tais como origem, principais autores e concepções. Na segunda parte analisamos o trabalho de autores como Homi Bhabha, Stuart Hall, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, dentre outros, para refletir sobre a noção de identidade nacional e suas modificações ao longo do tempo. Por fim, destaca-se as escolhas teórico-metodológicas desenvolvidas pelos estudos subalternos e pós-coloniais e, conseqüentemente, a importância desses para a historiografia contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos subalternos – Identidade – Pós-colonial

### ABSTRACT:

This article aims to discuss of the academic production by subaltern studies and postcolonial studies, emphasizing the historiography about minorities and the discussions about national and local political identities. The first part of the text brings information about the subaltern studies, such as origin, main authors and conceptions. In the second part we analyze the work of authors such as Homi Bhabha, Stuart Hall, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, among others, to reflect on the notion of national identity and its modifications over time. Finally, will talk theoretical-methodological choices developed by subaltern and postcolonial studies and, consequently, its importance for contemporary historiography.

**KEYWORDS:** Subaltern studies – Identities – postcolonial

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (campus Franca). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4274339P0>. Membro do grupo de pesquisa CNPQ Historiar – narrativas identitárias, conceitos, linguagens.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (campus Franca). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4317836U0>. Membro do grupo de pesquisa CNPQ Historiar – narrativas identitárias, conceitos, linguagens.

## 1. Introdução aos estudos subalternos<sup>3</sup>

Os estudos subalternos começaram no início dos anos de 1980 com Ranajit Guha<sup>4</sup> na Índia. A princípio a expressão *subalterno* referia-se aos colonizados do continente sul asiático, mas adquiriu um significado mais amplo com o passar do tempo, abrangendo grupos populares sem representatividade - como veremos no decorrer deste artigo. Essa abordagem passou a ser utilizada não apenas por pesquisadores do dito grupo sul-asiático, mas também passou a ser empregada na América Ibérica, pelo Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Sucintamente, é possível afirmar que as supracitadas abordagens têm por escopo interferir ou se contrapor às tradicionais historiografias sul-asiática e/ou latino-americana tidas como modelo; assim os *estudos subalternos* trouxeram à baila um reescrever da história sob um ponto de vista distinto, isto é, enfatizando os grupos marginalizados. Neste artigo, temos por objetivo fornecer ao leitor um panorama geral acerca dos *estudos subalternos* e de seus significados na produção historiográfica contemporânea. Para tanto, teceremos uma breve introdução sobre esses estudos, suas origens, autores e concepções. Em seguida, daremos destaque para algumas discussões ligadas às identidades nacionais e locais vinculadas não apenas aos estudos subalternos, mas também aos chamados estudos pós-coloniais.

Para orientar a reflexão, partimos de uma espécie de programa dos estudos subalternos que foi defendido por Ranajit Guha (GUHA, 2011, p. 69-72). Guha definiu alguns pontos que são considerados essenciais para a compreensão e desenvolvimento desse paradigma, a saber: a ampliação do conceito de subalterno, a valorização das ideias de Antônio Gramsci, a revisão de estudos e pesquisas indianas consideradas elitistas, a valorização de especificidades culturais e espirituais das

---

3 O presente artigo é resultado de reflexões elaboradas a partir da participação como discentes em cursos ofertados pelo Programa de Pós-Graduação em História na Unesp-Franca. As respectivas disciplinas são: 1º “Los estudios subalternos: una mirada desde la Historiografía” ministrada por Julio Pinto Vallejos, professor da Universidade de Santiago do Chile; e 2º “Estudos pós-coloniais: possibilidades e limites de pesquisas” ministrada por Mary Anne Junqueira, professora da Universidade de São Paulo.

4 Ranajit Guha, historiador indiano, foi uma figura bastante significativa para os estudos subalternos, sendo o primeiro a declarar sua fundação, assim como também foi editor dos *Subaltern Studies: Writings on South Asian History* - na década de 1980. Seu trabalho sobre as revoltas camponesas é considerado um clássico sobre o assunto.

minorias e, por fim, a necessidade de compreender o subalternismo enquanto relação binária entre dominantes e dominados. Adiante, explicitaremos melhor as ideias de Guha, intercalando exemplos e autores importantes.

A definição do conceito de subalterno é uma das primeiras preocupações de Guha. O conceito é polissêmico, ou seja, pode ter vários significados e ser compreendido sob diversos pontos de vista. Isto posto, é aqui na definição conceitual de *subalterno* que encontra-se uma significativa intersecção entre o historiador Ranajit Guha e o teórico Antônio Gramsci. Com posicionamentos marxistas e preocupado com questões de classe, Gramsci não deixou de atribuir importância crucial às questões culturais, assim como também ampliou as definições do conceito *subalterno*<sup>5</sup>. Para este autor, esse grupo subalterno poderia ser compreendido como vasto, heterogêneo e com frequência cindido entre si. Não seria possível colocá-los em uma simples oposição ao grupo dominante porque não se trata de uma única classe, mas de várias classes. Gramsci distancia-se do marxismo clássico ao partilhar com a classe operária outras formas de subordinação, tais como a racial, a sexual e a de gênero. É devido a essa elaboração teórico-conceitual que Gramsci acaba assumindo uma importância evidente para esses estudos.

O conceito subalterno é amplo e de acordo com Guha pode referir-se à classe, casta, idade, gênero, ocupação ou qualquer outra forma de dominação que indique uma condição de subalternidade (GUHA, 2011, p. 69). Gayatri Spivak<sup>6</sup> (SPIVAK, 2010, p. 19 et seq.) refere-se ao termo subalterno não apenas para designar o oprimido, mas também como forma de representação dos que não conseguem lugar de atuação na sociedade. Refere-se àquelas pessoas que não conseguem falar, se posicionar, expor sua visão de mundo. Nesse caso, a condição

---

5 As ideias de Antonio Gramsci tratadas neste artigo estão baseadas, sobretudo, nos trabalhos: Cadernos do Cárcere e “Apuntes sobre la história de las clases subalternas. Criterios Metódicos”.

6 Gayatri Chakravorty Spivak nasceu na Índia, é crítica literária e teórica. Spivak ficou conhecida mundialmente por seu texto “Can the subaltern speak?”, considerado um texto de fundação do pós-colonialismo. Cf: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

de subalternidade é uma condição de silêncio, já que essas pessoas não dispõem de um representante para sua condição de silenciado.

Retificar a inclinação elitista característica de grande parte da produção acadêmica é um dos principais objetivos dos estudos subalternos. A ideia é compreender o sentido das ações dos sujeitos marginalizados e reescrever a produção de um conhecimento que não seja apenas o ocidental. Tratar-se-ia, portanto, de descentrar o conhecimento. A exemplo, o historiador Dipesh Chakrabarty - também ligado aos estudos subalternos - (2000) utilizou o termo “provincializar a Europa”, indicando um redimensionamento dos espaços de produção do conhecimento: aquilo que é construído no campo do saber, em determinada localidade, não deve ter proporções universais, assim como no caso da produção de conhecimento de matriz europeia – remetendo-nos a usual noção de “centro *versus* periferia”. Para o autor, o centro não existe: trata-se de uma construção intelectual produzida nas universidades e que, por sua vez, anula o saber do outro - tido como *periférico*. Coadunando a supracitada perspectiva de Chakrabarty, o palestino Edward Said trouxe à lume reflexões sobre a maneira pela qual o terceiro mundo foi comumente representado nas construções feitas a partir do *dito* “Ocidente”. No livro “Orientalismo” – 1978 – Said apresentou em seus postulados a frequente relação entre as construções e usos de um discurso sobre o “Oriente” e os “interesses” imperialistas, percebendo a partir de então o “Oriente” como invenção do “Ocidente”. Para embasar sua perspectiva, Said buscou analisar o pensamento europeu engendrado ao longo do século XIX para refletir não apenas sobre a forma de dominação econômica, mas também intelectual. O autor percebeu que o homem “oriental” esteve contido e foi comumente representado pela perspectiva das estruturas dominantes do mundo europeu. Por mais que reconhecessem as diferenças entre esses povos, acabava-se no fim, por generalizá-los. Aliás, tanto a literatura quanto arte produzida no “Ocidente” tendiam a corroborar para a legitimação do poder envolvido nesse constructo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Said denominou por “orientalismo” as interpretações eurocêntricas sobre o “Oriente”. Para tanto, examinou essas obras e indicou um conjunto de estratégias empregadas para sua construção.

Para além das críticas feitas ao considerado elitismo que permeava por vezes a produção do saber, os estudos subalternos também promoveriam a partir de então novas pesquisas na academia, porém empenhando-se em representar as minorias. Nesse sentido, a desconstrução e a busca pela representatividade dos grupos marginalizados podem ser demonstradas por meio do trabalho de Ranajit Guha sobre as insurreições camponesas na Índia colonial (GUHA, 2011, p. 79-93). Guha percebeu que as sublevações camponesas se deram de variadas formas e em diversas proporções, mas que foram analisadas apenas enquanto parte do discurso de poder. Essas insurreições só tiveram razão de ser enquanto parte da estrutura do Estado, mesmo que os rebeldes estivessem rechaçando o poder dominante. Esse tipo de pensamento é elitista porque confere a mobilização do campesinato um aspecto inferiorizado ou inexistente, valorizando apenas a atuação das classes dominantes. Para Guha, as leituras historiográficas elitistas simplificavam as revoltas e os seus atores políticos populares, colocando-os como elementos secundários nas tramas do poder.

Este tipo de análise seria problemática para o autor porque negaria ao camponês o reconhecimento de protagonista da sua própria história, incluindo-o apenas enquanto parte de um projeto maior, no caso, o colonialismo. Existe de acordo com o autor uma relação dialética entre dominantes e dominados. Não é possível falar de um sem levar o outro em consideração. A história não pode ser pensada apenas pelo ponto de vista de um único grupo. No caso das insurreições camponesas, era preciso que se reconhecesse a rebelião pelo ponto de vista dos próprios camponeses, atribuir-lhes consciência (GUHA, 2011, p. 81). Como afirma Ranajit Guha “El campesino sabía lo que hacía cuando se sublevaba” (2011, p. 86) e sua ação se dirigia, sobretudo a destruir a autoridade da elite, que o renegava politicamente.

Desse ponto de vista, as insurreições camponesas tinham um caráter político: “Al tratar de forzar la substitución mutua del dominante y del dominado em la estructura de poder no dejaba ninguma duda sobre su identidade como proyecto de poder” (GUHA, 2011, p. 86). Ao conferir um caráter político à ação do camponês,

Guha valorizou esse grupo como protagonista da sua própria história, expondo a possibilidade de uma revisão historiográfica sobre o assunto. Os aspectos supracitados acima aproximam os estudos subalternos do marxismo, especialmente da figura de Antônio Gramsci, conforme já nos referimos. Quando pensamos no marxismo inglês, e na concepção de História “vista de baixo”, especialmente em autores como Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm, é patente a aproximação entre esses campos de estudo.

Por outro lado, os estudos subalternos afastam-se da vertente clássica do marxismo. De acordo com Dipesh Chakrabarty (CHAKRABARTY, 2011, p. 341) uma das divergências refere-se ao fato de os marxistas não separarem poder e capital. E por mais que não fossem marxistas ortodoxos, acabaram por dar maior valor às questões econômicas. Este seria um contraponto, pois, o conceito de poder para os subalternos é flexível, não precisando necessariamente ter capital atuando. Outra diversidade assinalada por Chakrabarty diz respeito à produção do próprio conhecimento. Para o autor, o trabalho realizado pelos subalternistas apresenta maior grau de complexidade. Os autores precisam “esmiuçar” as fontes para tentar dar voz aos diferentes sujeitos históricos.

Utilizaremos o exemplo do próprio Chakrabarty a título de demonstrar um ponto de diferenciação entre o grupo subalternista e a vertente marxista inglesa. De acordo com o autor, Hobsbawm em seu trabalho sobre bandidagem social e consciência atrasada<sup>8</sup>, conferiu às revoltas camponesas organizadas um caráter pré-político. Para Chakrabarty (CHAKRABARTY, 2011, p. 342), ignorar a esfera política dos movimentos camponeses configurou um marxismo eurocêntrico e elitista, posto que não analisou a consciência camponesa. Como demonstrado por Ranajit Guha, os camponeses não tinham uma consciência atrasada. Pelo contrário, na medida em que buscavam destruir o poder de seu inimigo e converter sua condição de subalternidade, estavam atuando politicamente.

Outro aspecto elementar dos estudos subalternos diz respeito à valorização das questões culturais e espirituais. No intuito de desconstruir parte da historiografia

---

<sup>8</sup> Chakrabarty refere-se ao livro *Rebeldes primitivos* de Hobsbawm. Ver: HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

tradicional e valorizar a visão subalterna, os autores acabaram por adentrar a lógica cultural das comunidades estudadas, revelando formas alternativas de se compreender a história. Descreveremos a seguir dois trabalhos que nos ajudarão a refletir sobre esse aspecto. Nos dois exemplos, percebemos que os autores adentraram a lógica cultural da comunidade, compreenderam a vida cotidiana e valorizaram os variados aspectos de vida dos atores sociais envolvidos. Nos dois casos, as camadas subalternas são as mulheres, que desprovidas de uma gramática própria, eram “impossibilitadas” de construir suas próprias falas.

O primeiro trabalho é de Lata Mani<sup>9</sup> (MANI, 1999, p. 209-251) e refere-se à prática da sati, um antigo costume entre algumas comunidades hindus que obrigava (no sentido moral e não legal) a esposa viúva devota a se sacrificar viva na fogueira da pira funerária de seu marido morto. Lata Mani analisa diversos documentos oficiais, tais como de funcionários e oficiais britânicos e indianos. São documentos que manifestam discursos ora favoráveis e ora contrários à prática da sati. O objetivo, porém, não é saber quem estava contra e quem estava a favor dessa prática, mas perceber como se argumentavam as posturas ideológicas. Nas suas próprias palavras: “lo que me interesa son los aspectos discursivos del debate – lo que las diferentes posturas daban por sentado acerca de la sati, la sociedade índia y el lugar de las mujeres en ella, lo que entendían por tradición, lo que se aceptaba como pruebas y cosas de este tenor.” (MANI, 1999, p.211)

Em relação aos discursos que eram contrários a prática da Sati, Lata Mani percebeu que eles revelavam a barbárie dos homens hindus no sentido de coagir as mulheres. Por outro lado, a mulher sempre era vista pelo ponto de vista da submissão, como vítima da religião. Esses relatos nunca se referiam à resistência das viúvas e acabaram por retirar da mulher a possibilidade de aparecer como sujeito da história. A mulher sempre tinha um papel secundário, não era nem sujeito, nem objeto das discussões. Dessa forma, o discurso oficial excluía qualquer possibilidade

---

<sup>9</sup> Lata Mani é uma historiadora inidiana, radicada nos Estados Unidos da América, que dedicou-se a pensar sobretudo em questões ligadas ao feminismo e ao lugar político da mulher. Entre suas obras principais encontra-se o *Contentious Traditions: The Debate on Sati in Colonial India*.

de a mulher ser um agente histórico, acabando por justificar as intervenções “civilizadoras” coloniais.

No trabalho “A morte de Chandra” (GUHA, 2011, p. 94-126), Ranajit Guha interpretou diferentes fontes sobre o falecimento de Chandra, que ocorreu em Bengala, ao tentar praticar aborto por meio do uso de drogas. Esse acontecimento era considerado crime e foi correntemente interpretado pelo ponto de vista da lei. Os participantes do acontecimento, no caso os familiares e o vizinho de Chandra, foram imediatamente considerados cúmplices e os registros sobre o ocorrido eram sempre vistos enquanto evidências jurídicas. Guha teceu a crítica a esse tipo de construção historiográfica na medida em que compreendeu uma experiência histórica real, unicamente pela perspectiva de uma matriz de legalidade abstrata.

Para Guha, esse tipo de abordagem tem deixado de lado os pequenos dramas e detalhes da vida social (GUHA, 2011, p. 97). No caso da morte de Chandra, era preciso ir além do “caso jurídico” e buscar compreender o ocorrido pelo ponto de vista dos sujeitos da ação, identificando essas elocuições como registros dos esforços feitos por uma família de bagdís para sobreviver a uma crise de maneira coletiva. Percebe-se que Guha buscava compreender o acontecimento pela perspectiva dos próprios bagdís, que podem ser considerados o extremo mais baixo do sistema de castas. Em uma sociedade patriarcal, os pobres de Bengala não queriam ou não podiam desafiar a autoridade e permitir que uma mulher tivesse um filho ilegítimo como era o caso de Chandra. O aborto representava uma saída, um único meio de triunfar naquela sociedade onde as consequências para a transgressão sexual feminina eram tão severas. Em Bengala, onde ainda reinava uma cultura considerada “feudal”, a sexualidade feminina estava sujeita a uma política de vigilância implacável e a atitude de Chandra poderia funcionar como uma espécie de protesto contra a situação da mulher, que muitas vezes entrava em um matrimônio sem amor e com pesadas tarefas domésticas. Percebe-se que o objetivo de Guha é pensar a questão do outro, da mulher, das castas mais pobres da Índia, mas para que isso ocorra, é preciso que se adentre na lógica social e cultural daquela comunidade.

Como demonstrado, os estudos subalternos representam um conhecimento que pretendeu a partir de então preencher as lacunas e os “erros” conscientes ou não, que foram apresentados pela cultura dominante ao longo dos séculos. Eles buscaram desconstruir tais referências, que de tão arraigadas, que foram - e ainda são - frequentemente tomadas como verdadeiras e únicas na historiografia. Ao mesmo tempo em que realizam esse tipo de releitura, atribuem a capacidade de representação aos próprios subalternos.

## **2. A questão da identidade nacional nos estudos subalternos e pós-coloniais**

No tocante aos conceitos e concepções de identidades e nação, pode se afirmar que estes temas ocuparam e ocupam um lugar de destaque nos estudos realizados pelos subalternistas. Neste tópico, passamos a destacar essas questões por meio de escritores vinculados aos estudos subalternos e também por meio de trabalhos que estão atrelados aos estudos pós-coloniais, dos quais exporemos uma breve introdução sobre as contribuições desses estudos - tanto no que diz respeito ao passado quanto ao presente.

Ranjit Guha em seu trabalho *Sobre algunos aspectos de la historiografía colonial de la India*, analisou o que considerou o fracasso da construção nacional indiana. Para o escritor, a elite almejava falar em nome do povo. Entretanto, ela teria sido incapaz de construir um projeto comum para todos. O povo seria peça fundamental para minar o projeto totalizador de nação ao mesmo tempo em que acabava por minar a ideia de uma historiografia única. Em suas palavras:

La historiografía del nacionalismo indio ha estado dominada durante mucho tiempo por el elitismo: tanto por el elitismo colonialista como por el elitismo burgués-nacionalista. Ambos se originaron como producto ideológico del gobierno británico en la India, pero han sobrevivido a la transferencia del poder y han sido asimilados a formas de discurso neocolonialistas y neonacionalistas en Gran Bretaña y en la India respectivamente (GUHA, 2011, p. 71).

Para Guha, o fato de abordarem a construção da nação indiana e o desenvolvimento de uma consciência nacionalista como realizações exclusivas ou predominantemente vinculadas à elite seria uma falácia. Tais teorias menosprezariam

ou relativizariam a participação popular na construção da nação e do nacionalismo indiano. Assim, a historiografia tradicional não seria capaz de compreender a contribuição do povo por si mesmo.

La multitudinaria participación del pueblo indio, a veces en número de cientos de miles e incluso millones, en actividades e ideas nacionalistas, se representa entonces como una desviación frente al proceso político supuestamente “real”, vale decir, la laboriosa marcha de las ruedas del aparato del Estado y de las instituciones de elite engranadas a él. En otros casos, esta participación es simplemente atribuida, como un acto de apropiación ideológica, a la influencia e iniciativa de las elites propiamente dichas (GUHA, 2011, p. 73).

Nesse contexto, é importante salientar que para os estudos subalternos, a ideia de comunidade é relevante, como bem demonstrou Partha Chatterjee<sup>10</sup> em seu trabalho (CHATTERJEE, 2001, p. 125-157). O autor analisou um grupo de camponeses que vivia em favelas no sul de Bengala e percebeu que eles, através da experiência compartilhada - tais como atos reivindicatórios e busca pela implementação de políticas públicas e melhores condições de vida - formavam uma identidade coletiva própria ou uma sociedade política. A ideia de comunidade fazia mais sentido para aquele grupo do que a ideia homogeneizadora de nação.

De acordo com Benedict Anderson (ANDERSON, 1989, p. 32), a nação é uma comunidade limitada, soberana e imaginada. Ela é limitada porque mesmo a maior delas possui fronteiras finitas; soberana porque pressupõe lidar com um grande pluralismo social. Por fim, ela é imaginada porque mesmo que os membros de uma nação não se conheçam, todos eles têm em mente a imagem viva da comunhão entre eles. “A nação também é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal.”<sup>11</sup> Nesse sentido, a nação passa por uma ideia de homogeneização social,

---

10 Partha Chatterjee é indiano, mas vive nos Estados Unidos da América. É antropólogo, cientista político e professor na Universidade de Columbia. Entre seus livros mais recentes destaca-se: *The Black Hole of Empire: History of a Global Practice of Power* (2012) publicado pela Princeton University Press.

11 Ao utilizar o termo “camaradagem horizontal”, Anderson refere-se aos membros de diferentes classes e posições sociais que ocupam um mesmo âmbito nacional e estão vinculados à um projeto em comum. É preciso ressaltar que essa camaradagem se deve muito mais a uma construção cultural que coercitiva. ANDERSON, Benedict. Op. Cit. 1989, p 34.

pois o nacionalismo controla os sentimentos que diferenciam determinados grupos entre si.

O cientista político, antropólogo, Partha Chatterjee considerou o modelo das comunidades imaginadas descritas por Anderson insuficientes para explicar os nacionalismos para outros lugares que não sejam a Europa e a América do Norte:

Los más poderosos, así como los más creativos resultados de la imaginación nacionalista en Asia y África, radican no solamente en una identidad diferente, sino más bien en una *diferencia* respecto a los formatos modulares conformadores de sociedades nacionales propagados por el Occidente moderno (CHATTERJEE, 2008, p. 92).

Para compreender o nacionalismo anticolonial na África e na Ásia seria necessário, segundo Chatterjee, que dividíssemos o mundo das instituições e das práticas sociais em dois campos: o material e o espiritual. O autor reconhece a superioridade do Ocidente no campo material. Porém, o campo espiritual diz respeito aos sentimentos, ao interior, aos aspectos “essenciais” da identidade cultural. Dessa forma, ainda que as conquistas ocidentais no campo material sejam muitas vezes exaltadas, é necessário que as características de uma cultura espiritual própria sejam preservadas.

(...) el Estado colonial se mantiene fuera del campo “interior” de la cultura nacional. Pero no es, como se piensa, que el llamado ámbito de lo espiritual permanezca inalterable. De hecho, es desde aquí que el nacionalismo lanza su proyecto más poderoso, más creativo e históricamente significativo: modelar una cultura nacional “moderna”, que no sea de ninguna manera occidental (...). En su dominio verdadero y esencial, la nación puede ser soberana, aun cuando el Estado esté en manos del poder colonial. La dinámica de este proyecto histórico está completamente olvidada en las historias convencionales, en las cuales el nacionalismo comienza con la lucha por el poder político (CHATTERJEE, 2008, p. 94).

Por sua vez, o mundialmente renomado crítico cultural Homi K. Bhabha<sup>12</sup>, em seu destacado livro *O Local da Cultura* (1998), também rediscutiu a noção de identidade cultural e nacional.<sup>13</sup> Para Bhabha, assim como para Chatterjee, não seria

---

12 Homi Bhabha nasceu na Índia, atua como professor na Universidade de Harvard nos EUA. Entre suas publicações destaca-se: *O Local da Cultura* (traduzido para o português) e publicado no Brasil pela editora UFMG.

13 BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. Ver, sobretudo, capítulo denominado “DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” - entre

possível conceber, como descreveu Anderson, a visão homogênea e horizontal associada à comunidade imaginada da nação. Esse tipo de discurso, que tenderia a corroborar com a história oficial da nação, “unificando” as vozes dominantes, foi chamado por Bhabha de “discurso pedagógico” (BHABHA, 1998, p. 215)<sup>14</sup>. Para o autor, o discurso pedagógico seria linear, ou seja, constitui-se num tempo homogêneo em que as vozes minoritárias são apagadas, transformando a comunidade numa representação horizontal.

Nesse caso, a ideia de soberania da cultura nacional é imperfeita porque a partir do lugar onde a homogeneidade cultural e o anonimato articulam a comunidade nacional, emerge uma voz do povo, instantânea e subalterna, que podemos denominar de discurso da minoria. A diferença cultural nesse sentido é fundamental e não pode ser esquecida diante da ideia de comunidade nacional. Pensemos a nação a partir de suas margens ou discontinuidades, de forma que os conflitos sociais e a vivência das minorias possam sobressair numa espécie de recusa da narrativa nacional. Bhabha denominou esse tipo de discurso de “narrativa performática” que é característico das contra narrativas.

Para Homi Bhabha, “a questão da diferença cultural nos confronta com uma disposição de saber ou com uma distribuição de práticas que existem lado a lado, *absents*, designando uma forma de contradição ou antagonismo social que tem que ser negociado em vez de ser negado” (BHABHA, 1998, p. 227). Nesse sentido, a ideia de nação é limitada, contraditória e hierarquizadora porque apaga diferenças culturais omitindo uma sociedade que na verdade é fragmentada e híbrida<sup>15</sup>.

A obra de Homi Bhabha, juntamente com a de outros autores, faz parte dos chamados *estudos pós-coloniais*, que constituíram-se por volta do início dos anos 90 do século XX. Vale ressaltar que esses estudos iniciados a partir de então não possuem

---

as páginas 198 e 238.

14 Sobre o conceito de narrativa pedagógica e performática, ver: BHABHA, Homi K. Op. Cit. 1998, p. 207 a 214.

15 O hibridismo para Bhabha é o lugar onde se realiza a diferença cultural. A cultura pós-colonial é híbrida porque faz com que o sujeito coloque seu ponto de vista contra o outro, mantendo grande abertura com o potencial de reverter às estruturas de dominação colonial. É através da resistência das práticas contra discursivas implícitas na ambivalência colonial que se subverte o próprio suporte sobre o qual se assentava o discurso imperialista e colonial

uma matriz teórica homogênea: trata-se de uma variedade de concepções com orientações distintas, perpassando a teoria literária, a história, a psicanálise, a filosofia, a antropologia e a política. Delimitar o campo teórico-metodológico preciso no qual se inserem os estudos pós-coloniais não é tarefa fácil, porém, pode-se afirmar que um ponto de convergência entre eles baseia-se na análise dos efeitos culturais que as nações colonizadoras deixaram nos países colonizados.

Os autores destacaram novas possibilidades de encaminhamento para conflitos, interações culturais e transformações advindas do contato entre os povos que geralmente foram marcados por relações desiguais de poder. Buscaram compreender o sentido das “descontinuidades” ao valorizar a ação dos sujeitos marginalizados. Preocuparam-se com as consequências da produção do conhecimento do Ocidente em relação ao restante do mundo, que foram e continuam sendo considerados modelares em detrimento do restante do globo. Partiram de questionamentos ligados à produção cultural buscando descentrar o conhecimento, ou seja, desconstruir a ideia de que o centro do saber é a Europa, especialmente Inglaterra e França.

A produção acadêmica oriunda a partir dos *estudos pós-coloniais* é ampla e diversificada; assim limitamo-nos por hora a um rápido exame sobre o que alguns destes autores conceberam acerca das identidades culturais e políticas. Dentre eles, temos os trabalhos de Stuart Hall<sup>16</sup>, que semelhante à Bhabha, Chatterjee e Guha, buscaram compreender como as identidades culturais estão relacionadas às identidades nacionais.

Para Stuart Hall (HALL, 2003, p. 65), a identidade nacional é entendida como comunidade imaginada nos moldes de Anderson, na medida em que sua narrativa é construída através de histórias que são contadas e recontadas, enfatizando-se as origens, a continuidade, a tradição (inventada inclusive), os mitos fundacionais e a ideia de um povo ou folk puro, original. Portanto, a cultura

---

<sup>16</sup> Stuart Hall era sociólogo, de origem jamaicana, radicado na Inglaterra. Ver, sobretudo, os seguintes trabalhos: HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

nacional seria edificada através de um discurso histórico que dá a nação o sentido de construção.

De acordo com o autor, entretanto, estaria havendo desde o final do século XX uma mudança estrutural que estaria fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, dentre outras. Dessa forma, as tamanhas diferenças entre os membros de uma comunidade, sejam elas culturais, raciais, de gênero ou raça, fazem com que a identidade não seja unificada e completa. Visto que as nações são “híbridas culturais”, é preciso transpor o projeto nacional homogeneizador, dando voz as “minorias”.

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferenças e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade. (HALL, 2003, p. 65)

Evidenciamos que o processo de descentramento da cultura nacional descrito por Hall, Bhabha dentre outros, fazem parte do contexto histórico do final do século XX. É, sobretudo a partir de 1970 que o processo de globalização intensificasse, enfraquecendo as formas nacionais de identidade cultural. Há, de acordo com Hall, um afrouxamento das identificações dos sujeitos com a cultura nacional, ao mesmo tempo em que outros laços, tais como a identidade local, são reforçados. De maneira geral, a globalização teria o efeito de descentralizar as identidades “fechadas” de uma cultura nacional. “Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas” (HALL, 2003, p. 87).

Percebemos, portanto, que os anos finais do século XX foram cruciais para o desenvolvimento de reflexões, que aparecem tanto nos estudos subalternos como pós-coloniais, que defendem a ideia de que estaria havendo uma mudança estrutural de fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, dentre outras. Dessa forma, as tamanhas diferenças entre os membros de uma comunidade, sejam elas culturais, raciais, de gênero ou raça, fazem

com que a identidade não seja unificada e completa. As nações são vistas como “híbridas culturais”, sendo necessário transpor o projeto nacional homogeneizador, dando voz as minorias.

Quando pensamos na cultura nacional, podemos encará-la como unificada, totalizante ou então, deslocar o olhar e compreendê-la através de um discurso que represente as diferenças, o outro, o não europeu, o subalterno, dentre tantas outras figuras possíveis. Foi, portanto, através da lógica e do respeito às diferenças que aproximamos os estudos subalternos e os estudos pós-coloniais para pensar a questão da nação e das identidades.

### **3. Conclusão e apontamentos metodológicos**

Ao longo deste artigo traçamos um panorama sintético do quanto os *estudos subalternos* e os *estudos pós-coloniais* possibilitaram a visibilidade de minorias – sobretudo no caso da sociedade indiana –, trouxeram à baila fissuras político-culturais, enfatizaram dramas cotidianos daqueles que muitas vezes foram obliterados, apresentaram protagonistas “excluídos” das narrativas oficiais das “histórias nacionais”, assim como também construíram balizas para se compreender a existência de identidades comunitárias que possuem lógicas específicas. Nesse ínterim, é evidente a preocupação dos estudos subalternos e pós-coloniais com a questão do objeto histórico e suas abordagens: temas, personagens, cenários, dentre diversos outros aspectos do passado possibilitam uma interpretação diferenciada para a História. Concomitantemente, e é isso que destacamos no final deste trabalho, esses estudos guardam importância no que diz respeito à questão metodológica. Para tanto, retomemos brevemente alguns dos trabalhos mencionados neste artigo.

Ranajit Guha trouxera para o palco da História as insurreições camponesas na Índia Colonial mas o fez pelo ponto de vista do camponês, atribuindo um caráter político as suas ações. Quando tratou do caso da morte de Chandra, foi além do caso jurídico e privilegiou o enfoque dos sujeitos da ação, demonstrando não apenas o quanto a história é multiforme e complexa, mas também o quanto a perspectiva

do olhar é crucial. Mesmo tipo de afirmação poderíamos tecer sobre o trabalho de Lata Mani que ao analisar a Sati, costume antigo entre comunidades hindus que obrigava a esposa viúva a se sacrificar viva na fogueira da pira funerária do marido morto, privilegiou o ponto de vista da mulher viúva, *personagem* que raramente havia sido examinada ou a ação histórica compreendida.

Análise semelhante podemos realizar sobre os trabalhos que trataram dos aspectos das identidades locais ou nacionais. Tanto Ranajit Guha, quanto Homi Bhabha, Stuart Hall e Partha Chatterjee procuraram quebrar a lógica tradicional de pensar as identidades político-culturais como algo homogêneo e generalizante e procuraram fazê-lo por outros prismas: repensar comunidades locais ou grupos marginalizados, sobretudo, em partes do mundo como Ásia e América Latina - localidades tradicionalmente consideradas periféricas e obliteradas nos exames e construções acadêmicas do dito *mundo ocidental* ou dos auto proclamados *centros*. Temos neste movimento dos estudos pós-coloniais e subalternos um ponto de inflexão: uma mudança no *modus operandi* da produção do conhecimento - sobretudo no que diz respeito ao saber historiográfico, que é nosso escopo por hora - que resultou na redefinição do que é centro ou periferia, isto é, a descentralização da produção do saber.

Refletindo sobre os enfoques privilegiados nesses trabalhos, podemos constatar uma questão que é marcadamente metodológica. Referimo-nos ao método na medida em que esses estudiosos precisaram olhar para os documentos históricos através de suas margens e/ou a partir da possibilidade da *subversão da leitura* do corpo documental. Lembremo-nos que na maior parte das vezes, os documentos que foram explorados por eles eram oficiais, ou seja, não havia registros diretos dos grupos subalternos.

Pensem rapidamente: como fazer o pobre, o camponês, o homossexual, a mulher, o negro, dentre tantas outras figuras marginalizadas, falar por meio de fontes históricas – muitas vezes oficiais - que muito pouco dizem sobre essas figuras e quando o faz, jamais os coloca como protagonistas da ação? É preciso admitir que esse tipo de trabalho não é simples e que o auxílio de outras áreas do conhecimento

como a antropologia, a arqueologia, a sociologia, a demografia e a geografia pesaram positivamente nas análises históricas realizadas no bojo dos estudos subalternos e pós-coloniais.

O recurso teórico-metodológico empregado através da realocação do escopo e dos protagonistas na análise dos discursos – que se encontram quase sempre fragmentados - passou a fazer sentido para esses pesquisadores na medida em que o perscrutar dos rastros e pistas, que estão “por detrás” do que aparentemente os documentos históricos trazem, conjuntamente com um trabalho meticuloso de contrastar documentos variados se apresenta como uma possibilidade interpretativa profícua. A ideia é buscar adentrar a lógica subalterna ou colonial compreendendo o passado por meio da racionalidade específica desses grupos, como foi possível observar nos trabalhos examinados neste artigo.

Assim, esses estudos ainda contribuem para pensar a questão do discurso e do próprio trabalho do historiador. Verificamos muitas vezes na historiografia, ideias que são construídas, adaptadas, transformadas e passadas de narrativas a narrativas. Como afirmou Said: “Os textos são proteiformes; estão ligados a circunstâncias e políticas grandes e pequenas, e estas requerem atenção e crítica [...] ler e escrever textos nunca são atividades neutras: acompanham-nas interesses, poderes, paixões, prazeres, seja qual for à obra [...] (SAID, 1995, p. 390).

É certo que o campo historiográfico a partir das últimas décadas do século XX viu o surgimento de diversos movimentos e novos percursos teórico-metodológicos que permitiram o reflorescimento das interpretações da História; todavia, vale ressaltar que foi a partir da produção do conhecimento “ao revés” - originado no seio dos *estudos subalternos* e *pós-coloniais* – que a história tradicional de bases eurocêntricas teve seus alicerces estremecidos de forma mais pungente. Nesse sentido, o exercício proposto a partir de um viés da subalternidade ou pós-colonialista pôde acontecer a partir de novidades metodológicas, alargamento de temáticas e redimensionamento de objetos. Um novo olhar elaborado por esses estudos propiciou outras percepções da realidade passada/presente. Poderíamos ir além e afirmar que esses estudos alteraram a própria forma de se pensar e fazer

historiografia. Eles permanecem atuais, assim como também são fontes de pesquisas, estudos, críticas e/ou inspiração para quem dedica-se à escrita da História neste final da segunda década do século XXI.

## REFERÊNCIAS

AMIN, Shahid. Gandhi como Mahatma: Distrito de Gorakhpur, up oriental, 1921-1922. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CHACRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Estudios subalternos e historiografia postcolonial. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

\_\_\_\_\_. La poscolonialidad y el artilugio de la historia: Quién habla en nombre de los pasados “indios?”. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

CHATTERJEE, Partha. La nación y sus campesinos. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

\_\_\_\_\_. La política de los gobernados. In: CHATTERJEE, Partha. **La nación en tiempo heterogéneo**. Buenos Aires: Siglo XXI/Clacso, 2008.

GUHA, Ranajit. Prefácio a los estudios subalternos. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

\_\_\_\_\_. Sobre algunos aspectos de la historiografía colonial de la India. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

\_\_\_\_\_. Aspectos elementares de la insurgencia campesina en la India colonial. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos**. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

\_\_\_\_\_. La muerte de Chandra. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos**. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MALLON, Florencia E. Promesa y dilema de los estudios subalternos: perspectivas a partir de la historia latinoamericana. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos**. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

MANI, Lata. Tradiciones en discordia: El debate sobre la sati en la India colonial. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

PANDEY, Gyanendra. En defensa del fragmento: Escribir la lucha hindomusulmana en la India actual. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_, **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

YOUNG, Eric Van. **La otra rebelión**. La lucha por la independencia de México, 1810-1821. México: Fondo del cultura econômica (FCE), 2006.